

Diretoria de Qualidade Ambiental

Gerência de Recursos Hídricos

Parecer Técnico nº 1088/25

Processo administrativo nº: 31.00361503/2025-87

Local: Rua Deputado Fábio Vasconcelos, 264, Bairro Buritis, Regional Oeste, Zona Fiscal 171, Quarteirão 018, Lote 005, Índice Cadastral 171124W302 0015

Solicitante: Thiago Garcia de Oliveira Melo

Responsável Técnica: Engenheira Thais Annie Francisco de Almeida - CREA - 354768MG

Demanda: Análise de Recurso de Discordância de Existência de Área de Preservação Permanente (APP) gerada por Recurso Hídrico – APP Hídrica.

Bacia: Córrego da Ponte Queimada, Bacia Elementar Córrego do Cercadinho, Bacia do Ribeirão Arrudas

1. Introdução

Em atendimento à solicitação de análise de Recurso de Discordância de Existência de APP hídrica, Processo administrativo 31.00361503/2025-87, protocolada pelo solicitante Thiago Garcia de Oliveira Melo, a equipe técnica da Gerência de Recursos Hídricos - GERHI, analisou a documentação apresentada pela Responsável Técnica, Engenheira, Thais Annie Francisco de Almeida CREA - 354768MG, referente ao Recurso de discordância de existência de Área de Preservação Permanente gerada por Recurso Hídrico (APP Hídrica), à luz da Lei Federal 12.651/12 - Código Florestal¹.

2. Análise do Recurso

Foram apresentadas pelo requerente os seguintes documentos:

¹ BRASIL. Lei Federal Nº 12.651, de 28 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 16 de maio de 2025.

1. Relatório técnico e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica N° MG202553918663 de Thais Annie Francisco - CREA - 354768MG;
2. Levantamento planialtimétrico com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica N° MG20243266526 de Rosilene Silva Francisco de Almeida - CREA - MG0000063073D.
3. Relatório Fotográfico contendo 5 fotografias com indicação de suas respectivas coordenadas geográficas em UTM.
4. Diretrizes municipais para para parcelamento do solo Processo administrativo 31.00678154/2024-93 referente ao lote de Índice cadastral 171124W302 0015, objeto do recurso.

2.1. Registro ou Anotação de Responsabilidade Técnica

Foram apresentadas Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao Relatório técnico (Figura 1) e Levantamento Planialtimétrico (Figura 2), demonstrando conformidade com o Art 2º, inciso III da Portaria SMMA N° 001/2023, que orienta:

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente à cada prova técnica, relatório técnico e levantamento planialtimétrico atualizado apresentado que indique a inexistência de APP Hídrica.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20253918663

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico
THAIS ANNE FRANCISCO DE ALMEIDA
Título profissional: ENGENHEIRA QUÍMICA

RNP: 1421313812
Registro: 354768MG

2. Dados do Contrato
Contratante: THIAGO GARCIA DE OLIVEIRA MELO
RUA DEPUTADO FÁBIO VASCONCELOS
Complemento: 401
Cidade: BELO HORIZONTE
Bairro: BURITIS
UF: MG
CEP: 30575659

CPF/CNPJ: 096.347.126-06
Nº: 867

Contrato: Não especificado
Valor: R\$ 1.800,00
Ação Institucional: Outros

Celebrado em: 23/08/2025
Tipo de contratante: Pessoa Física

3. Dados da Obra/Serviço
RUA DEPUTADO FÁBIO VASCONCELOS
Complemento:
Cidade: BELO HORIZONTE
Data de início: 23/04/2025
Previsão do término: 23/10/2025
Finalidade: AMBIENTAL
Proprietário: Thiago Garcia de Oliveira Melo

Bairro: BURITIS
UF: MG
CEP: 30575631

Nº: 264
CEP: 30575631
Coordenadas Geográficas: -19.972213, -43.976099
Código: Não Especificado

CPF/CNPJ: 096.347.126-06

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL > #7.2.1.9 - IDENTIFICAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	1.104,58	m²
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.7 - DE IMPACTO AMBIENTAL	1.104,58	m²
40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > GESTÃO AMBIENTAL > #7.6.6 - DE ESTUDOS AMBIENTAIS	1.104,58	m²

5. Observações
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

Relatório Técnico para o serviço de Recurso de Discordância de Existência de APP gerado por Recurso Hídrico-APP Hídrica do lote 05 do quarteirão 0018, no bairro Buritis, índice cadastral 171124W302 0018.

6. Declarações
- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/legislacao-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informo ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe
SENQUE-MG - Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais

8. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima

Belo Horizonte, 06 de maio de 2025

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sibac.com.br/publicar/> com a chave: 6d34ar
Impressão em: 09/05/2025 às 07:25:48 por: ip: 201.78.57.178

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Figura 1: ART N° MG20253918663 referente a elaboração de relatório técnico de discordância de existência de APP - Hídrica

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20243266526

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico
ROSILENE SILVA FRANCISCO DE ALMEIDA
Título profissional: ENGENHEIRA AGRIMENSORA

RNP: 1401931308
Registro: MG0000063073D MG

2. Dados do Contrato
Contratante: THIAGO GARCIA DE OLIVEIRA MELO
RUA DEPUTADO FÁBIO VASCONCELOS
Complemento:
Cidade: BELO HORIZONTE
Bairro: BURITIS
UF: MG
CEP: 30575831

CPF/CNPJ: 096.347.126-06
Nº: 264

Contrato: 2308/24
Valor: R\$ 7.800,00
Ação Institucional: Outros

Celebrado em: 23/08/2024
Tipo de contratante: Pessoa Física

3. Dados da Obra/Serviço
RUA DEPUTADO FÁBIO VASCONCELOS
Complemento:
Cidade: BELO HORIZONTE
Data de início: 23/08/2024
Previsão do término: 31/12/2024
Finalidade:
Proprietário: THIAGO GARCIA DE OLIVEIRA MELO

Bairro: BURITIS
UF: MG
CEP: 30575831

Nº: 264
CEP: 30575831
Coordenadas Geográficas: -19.972213, -43.976099
Código: Não Especificado

CPF/CNPJ: 096.347.126-06

4. Atividade Técnica

16 - Execução	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > AGRIMENSURA > PARCELAMENTO DO SOLO > DE DESMEMBRAMENTO > #36.5.4.1 - URBANO	1.104,58	m²
11 - Coleta de dados > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANALTIMÉTRICO	1.104,58	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações
TERRENO INDIVÍDUO LOCALIZADO NO QUARTEIRÃO 018 DO BAIRRO BURITIS

6. Declarações
- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/legislacao-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informo ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.
- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe
SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE

8. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: _____ de _____ de _____
data

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor
Valor da ART: R\$ 99,64 Registrada em: 23/08/2024 Valor pago: R\$ 99,64 Nosso Número: 8605542010

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sibac.com.br/publicar/> com a chave: 6d34ar
Impressão em: 23/08/2024 às 18:54:42 por: ip: 187.20.113.228

www.crea-mg.org.br
Tel: 0800 031 2732

atendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Figura 1: ART N° MG20243266526 referente ao levantamento planialtimétrico apresentado no recurso de discordância de existência de APP - Hídrica

2.2. Relatório Técnico referente à discordância de existência de Área de Preservação Permanente (APP - Hídrica)

O Relatório Técnico apresenta conformidade em seu conteúdo ao explicitar os argumentos para a discordância da existência de Área de Preservação Permanente - APP, gerada por Recurso Hídrico, conforme o disposto no inciso IV, do Artigo 2º, do Capítulo II da Portaria SMMA N° 001/2023, apresentado:

IV – Relatório técnico referente à discordância de existência de área de preservação permanente gerada por recurso hídrico o qual deverá indicar os argumentos que fundamentam os pontos discordantes e uma exposição explicativa sobre as Provas Técnicas apresentadas;

A Figura 3 apresenta a capa do referido relatório.

RUA DEPUTADO FÁBIO VASCONCELOS, 264 – BAIRRO BURITIS – BELO HORIZONTE-MG

Recurso de Discordância da Existência de APP gerada por Recurso Hídrico - APP Hídrica

INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório Técnico para o serviço de Recurso de Discordância de Existência de APP gerada por Recurso Hídrico-APP Hídrica do lote localizado na Rua Deputado Fábio Vasconcelos, N° 264, Bairro Buritis – CEP 30.575-83 em Belo Horizonte, MG. O imóvel cujo índice cadastral é 171124W302 0015 tem parte de lote inserido em Área de Preservação Permanente caracterizada pela presença do córrego da Ponte Queimada, situado cerca de 15 metros do lateral direito do lote, conforme indicado na Figura 1.

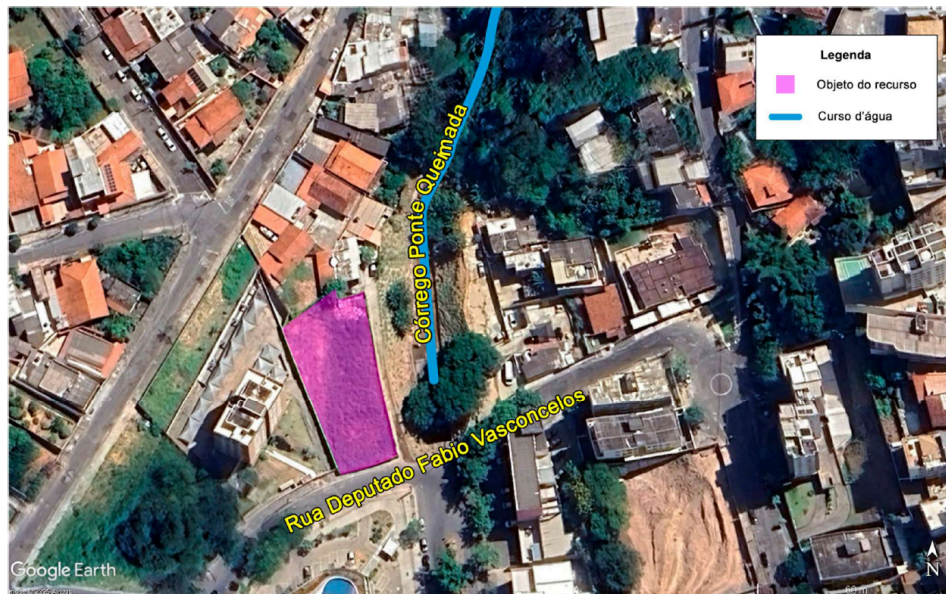


Figura 1 – Lote 05 localizado no quarteirão 018 do bairro Buritis.

Este relatório consiste na justificativa para a não demarcação da área e não implantação do Projeto Técnico de Reconstituição de Flora (PTRF) em resposta do Quadro 5 das Diretrizes Preliminares para o Parcelamento da área do processo administrativo de N° 31.00678154/2024-03, mencionado no item: Áreas de interesse ambiental e áreas não edificáveis. Nesse item é solicitado a demarcação na planta do projeto de parcelamento de solo como área não edificável de interesse ambiental, incorporação a um lote ou ao conjunto de lotes aprovados, sendo identificados e descritos na certidão de origem e a recuperação e a preservação da APP mediante à execução do Projeto Técnico de PTRF, elaborado por

Página 1 de 6

Avenida Afonso Pena, 952. Sala 315. Bairro Centro – Belo Horizonte (MG)

Figura 3: Capa do Relatório técnico do recurso de discordância de APP - Hídrica

2.3 Levantamento Planialtimétrico

O Levantamento Planialtimétrico, conforme apresentado (Figura 4), não está em conformidade com o disposto no Art 2º, Inciso VI da Portaria SMMA N° 001/2023:

VI - Levantamento Planialtimétrico Cadastral, com curvas de nível de 1,00 X 1.000 m, com o cadastramento de todos os pontos de interesse, devidamente assinado, seguindo normas técnicas nacionalmente reconhecidas.

a) São considerados pontos de interesse as construções, divisas, rios, córregos, nascentes, brejos, APPs, poços de visita, árvores, dentre outros. [grifo nosso]

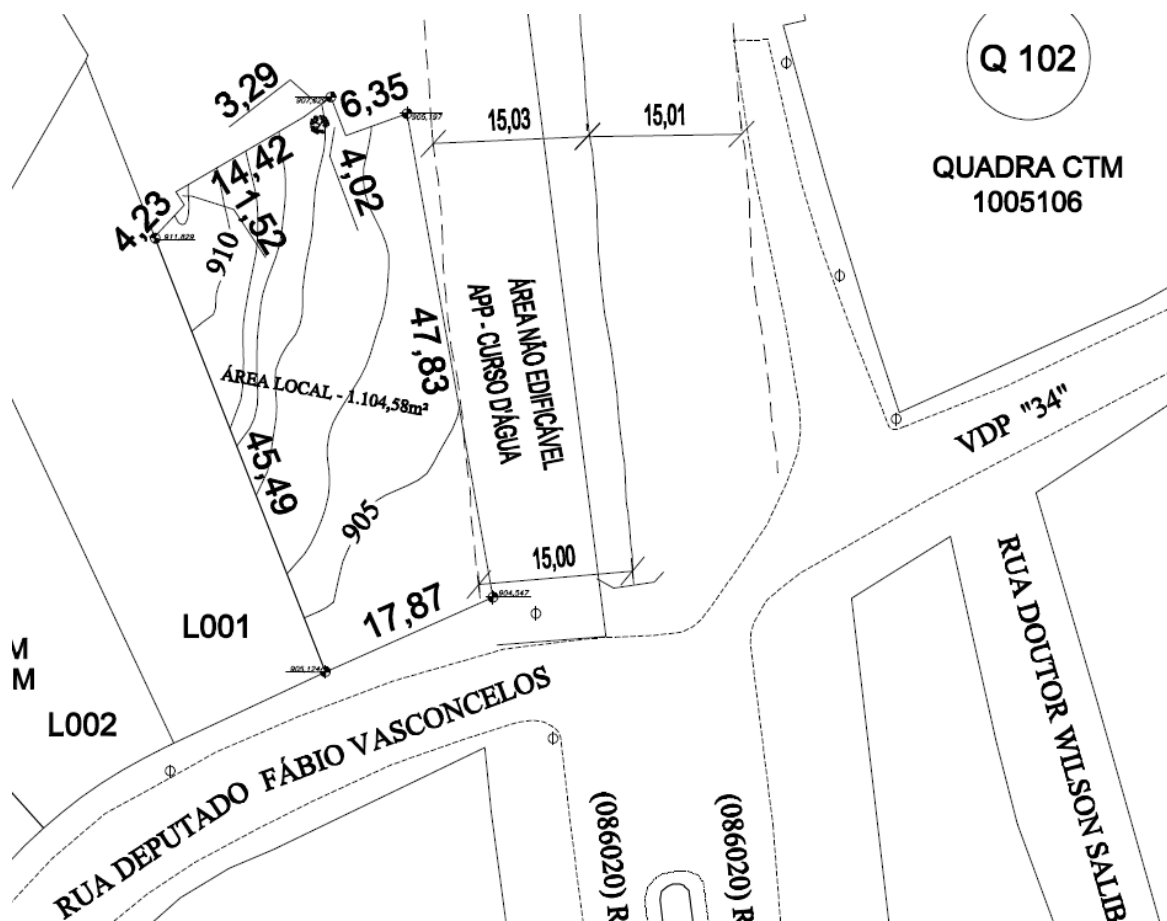


Figura 4: Detalhe do levantamento planialtimétrico apresentado destacando a região do lote e sua proximidade com o recurso hídrico

A não conformidade com a Portaria SMMA N° 001/2023 explicita-se pela ausência de representação das faixas marginais do Córrego da Ponte Queimada e sua respectiva Área de Preservação Permanente - APP. O levantamento

planialtimétrico apresenta cota de “área não edificável” a partir da porção central da calha do Córrego da Ponte Quebrada.

Recomenda-se que o Levantamento planialtimétrico, para a delimitação da Área de Preservação Permanente, possua cotas a partir das margens do Córrego da Ponte Queimada, diferente do apresentado no recurso, que apresenta cotas a partir da porção central da calha do córrego.

2.4 Registro Fotográfico

O Registro Fotográfico presente no Relatório técnico e em arquivo em separado, apresenta o contexto geral do lote e do recurso hídrico gerador de Área de Preservação Permanente estando de acordo com o disposto no inciso VII, do Artigo 2º, do Capítulo II da Portaria SMMA N° 001/2023:

VII – registro fotográfico, para casos de APP gerada por curso d’água, sendo pelo menos quatro fotos situacionais identificando lote/terreno em análise, seu posicionamento em relação ao curso d’água e das vias ou acessos no entorno do lote e pelo menos quatro imagens de cada curso d’água nas proximidades do lote/terreno em análise, sendo uma panorâmica, uma de cada margem e uma do seu leito;

§ 1º – Os documentos descritos nos incisos I ao VI do caput devem ser encaminhados por meio de arquivos com extensão PDF.

§ 2º – Poderão ser requeridos, no decorrer da análise, arquivos complementares relacionados aos incisos V a VIII do caput com extensão PDF, KMZ, SHP e DWG.

§3º - As fotos dos registros fotográficos descritos nos incisos VII e VIII deverão conter legenda com descrição e coordenadas UTM e ilustração indicando o local e data de obtenção das fotos.

Conforme exposto no registro fotográfico o croqui das visadas e as 5 (cinco) fotografias, com as respectivas descrições são apresentadas nas Figuras 5 a 10.



Figura 1 - Croqui de visadas da Visita Técnica



Figura 2 - Visada 01 do Croqui,

Coordenadas UTM: 607148,4318533823 X, 7791261,741107324 Y

Leito do Córrego Ponte Queimada

Coordenadas geográficas: -19.972256 latitude, -43.975909 longitude

Figura 5: Croqui das visadas das fotografias apresentadas no registro fotográfico

Figura 6: Registro fotográfico 1 apresentado no recurso



Figura 7: Registro fotográfico 2 apresentado no recurso

Figura 8: Registro fotográfico 3 apresentado no recurso



Figura 9: Registro fotográfico 4 apresentado no recurso

Figura 10: Registro fotográfico 5 apresentado no recurso

3. Diretrizes legais

A Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012, que institui o Código Florestal, estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação e das Áreas de Preservação Permanente - APPs, entre outros.

Esta lei define em seu Art. 3º:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

(...)

XVII - nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água; (Vide ADIN Nº 4.903)

(...)

XIX - leito regular: a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano; (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.903)

A delimitação das Áreas de Preservação Permanente é definida no Art. 4º da referida lei:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei

I- as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de [grifo nosso]:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

(...)

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (A ADIN Nº 4.903 - Ação Direta de Inconstitucionalidade fixa a interpretação de que os entornos das nascentes e dos olhos d'água intermitentes configuram Área de Preservação Ambiental)

04. Avaliação técnica

Segue abaixo a íntegra do argumento explicitado em Relatório técnico que embasa a discordância de incidência para Área de Preservação Permanente gerada por Recurso Hídrico sobre lote de Índice Cadastral 171124W302 0015:

“Entretanto, a Lei Federal 14.285 de 29 de dezembro de 2021 alterou a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (no qual a demarcação de APP Hídrica atual é fundamentada), em seu parágrafo segundo aponta:

“§ 2º Para fins da regularização ambiental prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado.” e 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana. [...]” (BRASIL, 2021).” [grifo nosso]

A luz da Legislação Federal 14.285 de 2021, a APP Hídrica está limítrofe com o lote 05 do quarteirão 18, permitindo então a sua edificação e, portanto, a aprovação do parcelamento de solo sem a necessidade da aplicação das diretrizes prévias, conforme indicado na Figura 9.”

O argumento técnico apresenta figura esquemática (Figura 11) comparando a incidência de Áreas de Preservação Permanente - APP geradas pela Lei Federal

12.651 de 25 de maio 2012 e pela Lei Federal 14.285 de 29 de dezembro de 2021².

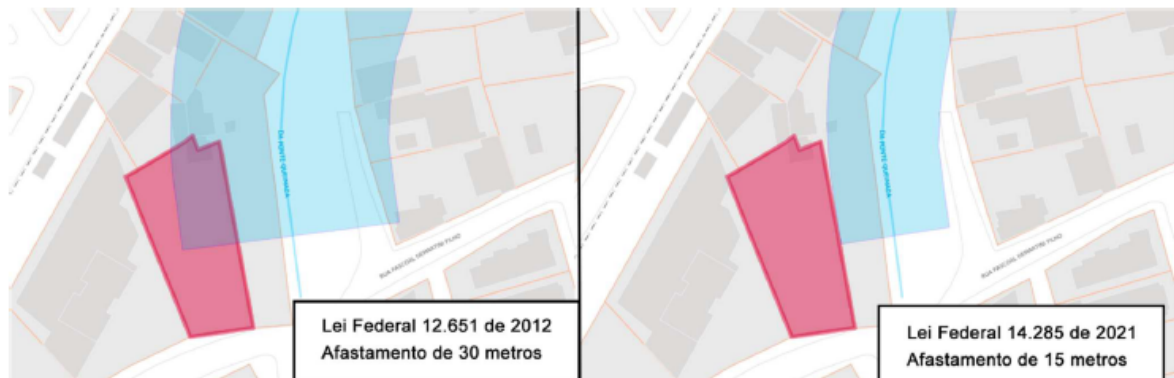


Figura 9 – APP Hídrica antes com a Lei 12.651/2012 e depois com a aplicação da Lei 14.285/2021.

Figura 10: Esquema apresentado como argumento do recurso, explicitando interpretação da alteração na delimitação de APP dada pela Lei Federal 14.285/2021

Segundo o argumento, após a Lei Federal 14.285/21, especialmente aplicando-se o seu parágrafo segundo, a Área de Preservação Permanente gerada pelo Córrego da Ponte Queimada teria sido reduzida de 30 (trinta) para 15 (quinze) metros.

Cabe registrar que, o trecho transcrito e devidamente referenciado como pertencente ao “parágrafo segundo” da Lei Federal 14.285/2021, que embasa o argumento técnico, não foi identificado no corpo da referida legislação. Assim, para maior compreensão acerca do argumento serão abordados a seguir os artigos da Lei Federal 14.285/2021.

A Lei Federal 14.285/2021, em seu Art. 2º, altera Lei 12.651/12 - Código Florestal, conforme trecho abaixo:

“Art. 2º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

² BRASIL. Lei Federal Nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021. Altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14285.htm>. Acesso em 16 de maio de 2025

XXVI – área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios:

- a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- b) dispor de sistema viário implantado;
- c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
- e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
 - 1. drenagem de águas pluviais;
 - 2. esgotamento sanitário;
 - 3. abastecimento de água potável;
 - 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e
 - 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

.....” (NR)

“Art.

4º

.....
§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam:

I – a não ocupação de áreas com risco de desastres;

II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e

III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei.” (NR)” [grifo nosso]

A Lei 14.285/21 em seu Art. 2º estabelece critérios para definição de Área Urbana Consolidada e define regras para alteração da delimitação de Área de Preservação Permanente no contexto dessas Áreas Urbanas Consolidadas.

Para definição de parâmetros distintos aos estabelecidos na Lei Federal 12.651/12 - Código Florestal, no que se refere à delimitação de Área de Preservação Permanente - APP em Áreas Urbanas Consolidadas, a Lei 14.285/21 prevê a necessidade de criação lei municipal ou distrital e consulta aos conselhos municipal ou distrital de meio ambiente.

Neste sentido, cabe informar que, o Município de Belo Horizonte não possui lei municipal específica que disponha sobre a criação de parâmetros distintos de faixas marginais para definição de Área de Preservação Permanente - APP diferentes das definidas pelo Código Florestal em seu artigo 4. Desta maneira, aplica-se, à integralidade do território do Município de Belo Horizonte, o disposto no

Art. 4º da Lei Federal 12651/12 - Código de Florestal para a definição de APP gerada por recurso hídrico.

Por sua vez a Lei 14.285/21 altera a Lei 11.952, de 25 de junho de 2009³ que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e dá outras providências, trazendo em seu Art. 3º a seguinte redação:

Art. 3º O art. 22 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 22. 22.

§ 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d’água natural em área urbana serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.” (NR)

A Lei Federal 14.285/21 em seu Art. 3º altera dispositivo em lei que trata sobre a regularização fundiária em áreas urbanas no contexto de terras públicas da União. Em áreas urbanas de domínio da União, no que se refere à delimitação da Área de Preservação Permanente - APP, o artigo prevê determinação em plano diretor, leis municipais de uso do solo e consulta aos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

O lote em análise não está inserido no contexto de terra pública da União, tampouco o município de Belo Horizonte dispõe de legislação específica para definição de parâmetros distintos aos estabelecidos na Lei Federal 12.651/12 - Código de Florestal para áreas urbanas de domínio da União. Desta maneira, para a delimitação de APP, para casos previstos no Art. 22, parágrafo quinto, da Lei 11.952/09, aplica-se, no município de Belo Horizonte, a integralidade da Lei 12.651/12 - Código de Florestal.

³ BRASIL. Lei Federal Nº 11.951, de 25 de julho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm>. Site visitado em maio de 2025

Em seu Art. 4º a Lei Federal 14.285/21 altera Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979⁴ que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. O dispositivo alterado pela Lei Federal 14.285/21 trata sobre os requisitos urbanísticos necessários para o loteamento, indicando necessidade de lei municipal ou distrital para definir áreas de faixas não edificáveis ao longo de cursos d'água naturais nos termos da Lei Federal 12.651/12 - Código Florestal, conforme trecho a seguir:

“Art.

4º

.....
III-A - ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado;

III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município; [grifo nosso]

No que se refere ao disposto no Art. 4º da Lei Federal 14.285/21 o Município de Belo Horizonte possui legislação específica sobre a matéria. Através da Lei Municipal nº 11.181, de 8 de agosto de 2019⁵, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

O Plano Diretor constitui-se de instrumento básico da política urbana municipal e aborda em seu Art. 119 as seguintes definições sobre áreas/faixas não edificáveis:

Art. 119 - No parcelamento do solo, as seguintes áreas não edificáveis poderão constituir parte integrante dos lotes, sendo identificadas e descritas com indicação de sua natureza nas certidões de origem e nas plantas de parcelamento, bem como consideradas para aplicação dos parâmetros urbanísticos de ocupação:

I - as áreas não edificáveis de interesse ambiental, entendidas como as áreas de preservação permanente definidas pela legislação federal;

II - as faixas não edificáveis de 15m (quinze metros) de largura de cada lado, ao longo das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, salvo

⁴ BRASIL. Lei Federal Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Site visitado em maio de 2025

⁵ BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/lei11181-atual.pdf>>. Site visitado em maio de 2025

maiores exigências da legislação específica ou do órgão responsável pelo domínio;

III - as áreas de servidão não edificáveis, relativas aos diversos serviços públicos existentes, conforme descrição do órgão responsável pelo respectivo serviço.

IV - as faixas não edificáveis ao longo de águas canalizadas, cujas dimensões serão estabelecidas pelo Executivo até o máximo de 15m (quinze metros) de largura a partir de suas margens. [grifo nosso]

O argumento apresentado no Relatório técnico e explicitado no Levantamento planialtimétrico, aponta para uma confusão entre os conceitos distintos de Áreas não edificáveis e Área de Preservação Permanente. Esse equívoco é esclarecido pelo Art. 119 do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.

Conforme o disposto no Plano Diretor, constitui-se como Áreas não edificáveis: i) as Áreas de Preservação Permanente, conforme lei federal; ii) as faixas de rodovias e ferrovias; iii) as áreas de servidão relacionada a serviços públicos; iv) as faixas de ao longo de águas canalizadas.

Assim, o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte considera como Áreas não edificáveis, as Áreas de Preservação Permanente definidas pela legislação federal, sendo essa, a Lei Federal 12.651/12 - Código de Florestal.

Segundo Relatório técnico e Registro fotográfico, o Córrego da Ponte Queimada, divisa com o lote de Índice Cadastral 171124W302 0015, possui trecho em leito natural com largura de 5,55 metros. Por consequência, conforme determina o Art. 4º, inciso I, da Lei Federal 12.651/12 - Código Florestal aplica-se, para o Córrego da Ponte Queimada, neste trecho, Área de Preservação Permanente de 30 (trinta) metros a partir de suas margens e segundo o Art. 119, inciso I, da Lei Municipal 11.181/2019 - Plano Diretor essa área constitui-se como Áreas não edificáveis.

Na divisa com o lote de Índice Cadastral 171124W302 0015 há trecho do Córrego da Ponte Queimada em canal revestido aberto, sobre o qual não há incidência de Área de Preservação Permanente, entretanto o Art. 119, inciso IV, da Lei Municipal 11.181/2019 - Plano Diretor define esse trecho como Área não edificável, de no máximo 15 (quinze) metros, a partir das margens.

A Figura 11 apresenta a Área de Preservação Permanente no trecho do Córrego da Ponte Queimada, divisa com o lote de Índice Cadastral 171124W302 0015. Informa-se que a base de dados georreferenciada da Prefeitura de Belo Horizonte⁶ está atualizada e disponível para consulta no Portal BHMap <https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=10&lat=7791289.13056&lon=607152.80443&baselayer=base>.

⁶ NOTA TÉCNICA: A representação cartográfica da mancha de Área de Preservação Permanente (APP) realizada pela GERHI pauta-se na caracterização de corpos hídricos conforme Lei 12.651/12 (Código Florestal) e corresponde a uma representação cartográfica em macro escala, sem precisão topográfica. Não substitui a delimitação de APP realizada por meio de Levantamento Topográfico.

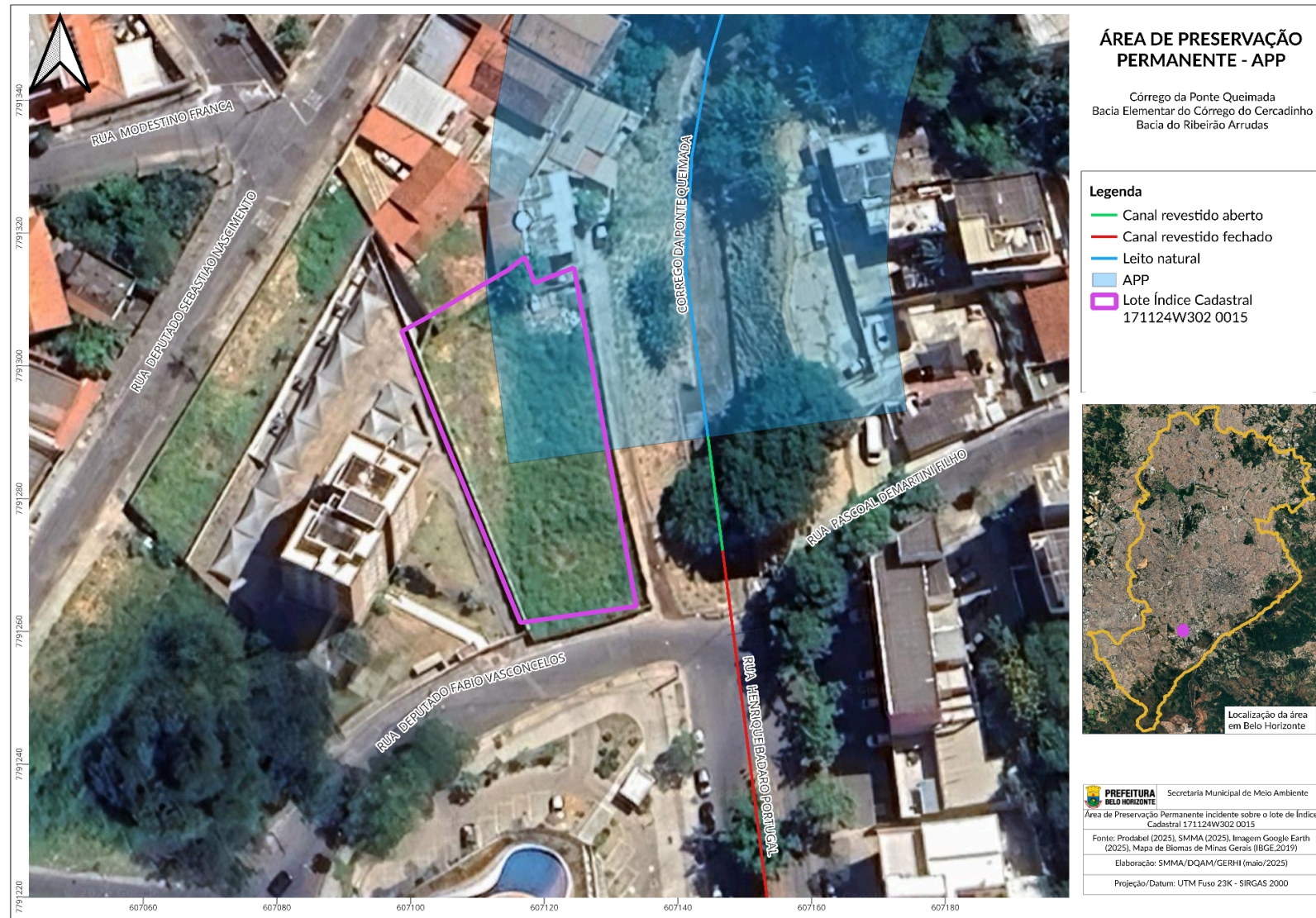


Figura 11: APP divisa com o lote de Índice Cadastral 171124W302 0015

05. Conclusão

Conforme avaliação técnica apresentada, conclui-se por indeferir o recurso de discordância de APP - Hídrica do Processo administrativo nº 31.00361503/2025-87.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2025.

Técnica Responsável - Daniela da Silva Cordeiro – Geóloga – BM 324681-5

Portal da Assinatura - PBH

17 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em segunda-feira, 19 de maio de 2025 às 10:00

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

PT108825_RECUSO APP_31.00361503_2025-87.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em segunda-feira, 19 de maio de 2025 às 10:00

Assinante: DANIELA DA SILVA CORDEIRO Matrícula: PR00324681

Hash da assinatura: 213A9D2A037CB4E5656BAE0D6C31BAFE6BF55B02 Para validar utilize o QR Code ao lado

